

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS

MAÍSA CAROLINA ANTUNES

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL VOLTADAS PARA A LÍNGUA
INGLESA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2017

MAÍSA CAROLINA ANTUNES

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL VOLTADAS PARA A LÍNGUA
INGLESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras Português / Inglês, do Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas – DALEM – e Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação – DALIC - da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Prof. da Disciplina: Cristiano de Sales

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Regina Becker

CURITIBA

2017

Ministério da Educação

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ



Campus Curitiba

Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação

Departamento Acadêmico de Letras Estrangeiras Modernas

Curso de Graduação em Letras Português/Inglês



TERMO DE APROVAÇÃO

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL VOLTADAS PARA A LÍNGUA INGLESA

por

MAÍSA CAROLINA ANTUNES

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 20 de JUNHO de 2017 Como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado no curso de Letras Português/Inglês. O candidato **MAÍSA CAROLINA ANTUNES** foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Marcia Regina Becker

Miriam Sester Retorta

Elizabeth Pazello

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me deu condições e me guiou durante essa trajetória.

À Prof.^a Dr.^a Marcia Regina Becker que teve paciência e esteve sempre presente, compartilhando seu conhecimento, me orientando da melhor maneira possível.

À Prof.^a Dr.^a Miriam Sester Retorta e à Prof.^a Dr.^a Elizabeth Pazello, pela leitura do trabalho e por todas as considerações e sugestões.

Aos meus amigos e familiares pela paciência e força nesses momentos de ansiedade e nervosismo.

RESUMO

ANTUNES, Maísa Carolina. Políticas Linguísticas no Brasil Voltadas para a Língua Inglesa. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português/Inglês) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

Muitas medidas são tomadas pelos governos federal e estadual em relação à educação brasileira de diversas formas. Determinadas ações são voltadas especificamente para o ensino de línguas, e estas então são chamadas de políticas linguísticas. Entre elas estão os documentos e os programas que os governos lançam para oficializar e estimular o ensino. Desta forma, pretende-se nesta pesquisa analisar as políticas linguísticas relacionadas à língua inglesa no Brasil. Para isso, foi pesquisado, primeiramente, o avanço da língua inglesa como *língua franca* e a importância de seu ensino. Também foram analisados documentos como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares de Língua Estrangeira, os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, as Orientações Curriculares do Ensino Médio, a LEI Nº13415, 2017 e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. Além desses documentos foram analisados os programas federais voltados ao ensino de língua inglesa, como Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Idiomas sem Fronteiras (IsF). Também se pesquisou a influência e a importância da língua inglesa nos processos de internacionalização das universidades brasileiras. Com isso, mostrou-se o quão importante essas medidas são para a educação brasileira e que não devem ser deixadas de lado pelas instituições de ensino.

Palavras-chave: Políticas linguísticas; língua inglesa; documentos oficiais; PNLD; IsF.

ABSTRACT

ANTUNES, Maísa Carolina. Linguistic Policies in Brazil Towards the English Language.. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português/Inglês) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

Many measures are taken by the federal and state governments in relation to Brazilian education in several ways. Certain actions are focused specifically on the teaching of languages, these are then called linguistic policies. Among them are the documents and programs that governments launch to formalize and stimulate education. This way, this research intends to analyze the linguistic policies related to the English language in Brazil. In order to do this, we first investigated the advance of the English language as a *lingua franca* and the importance of its teaching. Some official documents were analysed, such as Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares de Língua Estrangeira, Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, Orientações Curriculares do Ensino Médio, LEI N°13415, 2017 and Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. Besides these documents, programs such as Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) and Idiomas sem Fronteiras (IsF) were also investigated. The influence and importance of English in the processes of internationalization of Brazilian universities were also analysed. With this, it was shown how important these measures are for Brazilian education and that should not be left aside by educational institutions.

Keywords: Language policies; English language; official documents; PNLD; IsF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Os círculos de Kachru.....	19
Figura 2. Tabela TOEFL/ITP	44
Figura 3. Ciclos do PNLD	47

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COGEAM - Coordenação Geral de Material Didático

CsF - Ciência sem Fronteiras

CRIA - Comissão de Relações Internacionais

DCE - Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação

GLD - Guia do Livro Didático

IES - Instituição de Ensino Superior

IsF - Idioma sem Fronteiras

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC - Ministério da Educação

MP - Medida Provisória

OCN - Orientações Curriculares do Ensino Médio

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PCNLE - Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

USP - Universidade de São Paulo

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1. OBJETIVOS	13
1.1.1. Objetivo geral	13
1.1.2. Objetivos Específicos	13
1.2. ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2. POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E A LÍNGUA INGLESA	15
2.1. INTRODUÇÃO	15
2.2. DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS	15
2.3. EXPANSÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA E O CONTEXTO BRASILEIRO	17
2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E LÍNGUA INGLESA	20
3. DOCUMENTOS OFICIAIS	22
3.1. INTRODUÇÃO	22
3.2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)	22
3.3. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)	23
3.4. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (PCNLE)	26
3.5. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO (PCNEM)	28
3.6. ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO (OCN)	30
3.7. LEI Nº13415, 2017	32
3.8. DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ (DCE) ..	33
3.9. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS	34
4. IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES	36
4.1. INTRODUÇÃO	36
4.2. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES	38
4.2.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	40
4.2.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PDI – UTFPR)	40
4.3. INGLÊS SEM FRONTEIRAS (ISF) E IDIOMAS SEM FRONTEIRAS (IsF) ..	42

4.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O IsF E A INTERNACIONALIZAÇÃO ..	45
5.	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)	47
5.1.	INTRODUÇÃO	47
5.2.	PNLD: HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO	49
5.3.	PNLD 2017	50
5.4.	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNLD	52
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7.	REFERÊNCIAS	56

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As políticas linguísticas fazem parte da estrutura básica do governo na ação em relação a qualquer aspecto que diz respeito à determinada língua, desde o seu ensino até a programas relacionados a evitar extinção de línguas de minorias falantes. A implementação dessas medidas é chamada de planejamento linguístico, que nada mais é do que a realização das ações propostas em determinada situação.

Considera-se esta uma importante área de estudo, uma vez que se trata da relação entre a vida em sociedade e determinada língua, independentemente de esta ser regional, com minoria falante, ou uma língua que abranja um país todo ou ainda uma língua estrangeira a ser ensinada como parte do currículo escolar, como é o caso da língua inglesa.

A língua inglesa vem se tornando, devido a fatos históricos, políticos e econômicos, a língua da globalização. Através dela podemos nos comunicar com pessoas do mundo todo, ler textos que são, algumas vezes, inacessíveis para muitas pessoas se escritos em outras línguas e viajar para qualquer lugar do mundo sem falar a língua local. Com esse avanço da língua inglesa como língua da globalização, o governo brasileiro tem investido em diversas políticas linguísticas específicas para ela. Pela sua importância optou-se por abordar essa área de estudos neste trabalho de pesquisa.

Dentre as políticas linguísticas abordadas neste trabalho, encontram-se os documentos oficiais que gerenciam o ensino de línguas no país: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares de Língua Estrangeira, os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, as Orientações Curriculares do Ensino Médio, a LEI Nº13415, 2017 e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, que são de extrema importância para o desenvolvimento da educação brasileira.

Além dos documentos oficiais citados, outras formas de políticas linguísticas e planejamentos linguísticos implantados pelo governo e que envolvem a língua inglesa são o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem por objetivo oferecer aos alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio livros didáticos, obras literárias e dicionários. Todos os anos são adquiridos livros, no entanto, antes dessa distribuição as obras são avaliadas. A partir disso o Ministério da Educação (MEC), publica o Guia de Livros Didáticos. Por meio dele as escolas escolhem quais livros se adequam melhor a

seus projetos pedagógicos. Os livros são adquiridos e distribuídos para cada instituição, que deve recolhê-los ao final do ano letivo para serem reutilizados no ano seguinte, já que cada segmento de ensino (séries iniciais do ensino fundamental, séries finais do ensino fundamental e ensino médio) só recebe a renovação de livros a cada três anos.

Outro programa ligado às políticas linguísticas governamentais é o Idiomas Sem Fronteiras (IsF), que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) e tem como principal objetivo promover o ensino de línguas estrangeiras nas universidades do país. Esse programa foi criado para proporcionar acesso ao estudo de idiomas para os universitários como “base estruturante do processo de internacionalização das universidades brasileiras” (IsF, 2013, p.1). Nele são ofertados não só cursos de língua inglesa como também outras línguas estrangeiras.

Esse processo de internacionalização das universidades não é simples e é muito criticado, já que a burocracia impede ou atrapalha muitos processos de relacionamento das universidades brasileiras com as estrangeiras. No entanto, é preciso ter um planejamento desse processo, já que a internacionalização valoriza a universidade, podendo ser um requisito obrigatório para que a universidade avance em relação a pesquisas e estudos e podendo fazer com que ela arrecade mais fundos e mais recursos.

Sabendo disso, ao longo deste estudo pretende-se verificar, mais especificamente, o avanço da língua inglesa como língua franca de interações com o mundo globalizado, e a importância de seu processo de ensino/aprendizagem, através da análise dos documentos oficiais a esta área relacionados, a questão da internacionalização das universidades através do estudo do programa Idioma Sem Fronteiras (IsF), além de considerar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Devido à grande relevância social e a importância na análise e no planejamento linguístico, colocando em prática o que foi proposto através das políticas, é muito importante que esta área de estudo seja alvo de pesquisas mais amplas no Brasil.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Analisar as políticas linguísticas relacionadas à língua inglesa no Brasil.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Pesquisar o que são e como são implantadas as Políticas Linguísticas.
- Verificar o avanço do inglês como *língua franca* e a importância da mudança de paradigma de ensino.
 - Analisar os documentos oficiais relacionados ao ensino e aprendizagem de língua inglesa.
 - Examinar o edital do Programa Nacional do Livro Didático na área de língua inglesa, e seu papel como política linguística.
 - Analisar as propostas do programa Idioma sem Fronteiras.
 - Investigar o papel da língua inglesa dentro da internacionalização das universidades brasileiras.

1.2. ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho de pesquisa será dividido em 6 capítulos: a introdução, políticas linguísticas e a língua inglesa, documentos oficiais, IsF e internacionalização das universidades, PNLD e as considerações finais.

Em *Políticas Linguísticas e a Língua Inglesa*, será explicada, segundo alguns teóricos e pesquisadores, a definição de políticas linguísticas, além do avanço da língua inglesa como *língua franca* e a importância do seu ensino.

No capítulo específico dos documentos oficiais, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares de Língua Estrangeira, os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, as Orientações Curriculares do Ensino Médio, a LEI Nº13415, 2017 e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná

serão discutidos e analisados, especificamente com relação ao ensino/ aprendizagem da língua inglesa.

Em relação ao programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) e à internacionalização das universidades, assunto do capítulo 4, será explicado como o programa foi desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) e como este que tem como principal objetivo promover o ensino de línguas estrangeiras nas universidades do país contribui para a internacionalização. Inicialmente, o programa oferecia apenas o curso de língua inglesa, no entanto, conforme as instituições de ensino foram fazendo novas parcerias, o programa expandiu-se para outras línguas estrangeiras para alunos que têm interesse em integrar-se no meio universitário de outros países. Neste capítulo também é explicado como funciona a internacionalização das instituições, além de discutir como o governo a promove nas universidades brasileiras.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consta no capítulo 5, também é um importante programa a ser considerado neste estudo por se tratar de um projeto adotado pelo Governo Federal que tem por objetivo oferecer aos alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio livros didáticos, por intermédio de uma organização de distribuição em ciclos, no qual cada estágio da educação recebe novos livros a cada três anos.

Portanto, com base nos autores que serão citados ao longo da pesquisa pretende-se apresentar e analisar os documentos, programas e medidas apresentados pelo governo como políticas linguísticas para língua inglesa no Brasil, mostrando assim como estas políticas trazem reflexos diretos para a sociedade brasileira e sua inserção no contexto global.

2. POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E A LÍNGUA INGLESA

2.1. INTRODUÇÃO

Política linguística é uma área de pesquisa que, apesar do nome relacionado à linguística, tem a maior ênfase no campo da ciência política.

Segundo Calvet (2007) a política linguística surgiu em 1959 com Einar Haugen, um norueguês que pretendia mostrar a intervenção normativa do Estado para construir uma identidade nacional após séculos de dominação dinamarquesa em seu país natal. Nasceu assim uma nova área de estudos que se preocupa com a relação entre o poder e as línguas, ou seja, que mostra como algumas decisões políticas podem afetar as línguas e seu uso na sociedade, e que estas podem ou não ser usadas em determinadas situações, podem ser proibidas ou exigidas a partir de decisões do Estado, levando em consideração conflitos e negociações vividas por determinado país.

No Brasil, essa área de estudo é muito recente, aparecendo na grade de pós-graduação pela primeira vez na Universidade Federal de Santa Catarina em 2006. No entanto, segundo Knapp e Sales (2016), nos últimos anos, a implantação de políticas linguísticas voltadas para línguas indígenas, por exemplo, é muito grande, apesar da grande dificuldade em implementá-las.

Com relação à língua inglesa, políticas linguísticas voltadas para o seu ensino/aprendizagem vêm crescendo nas últimas décadas, com aumento do interesse e da necessidade pelo fato de ela ter-se transformado na língua da globalização. Políticas linguísticas voltadas à língua inglesa serão o foco deste trabalho de pesquisa.

2.2. DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS

Uma política linguística pode ser definida como “um conjunto de escolhas conscientes” nas relações entre língua e seu uso na sociedade (CALVET, 2002¹, *apud* GOMES, 2013,p.2). Essa área de estudo surgiu no século XX para analisar a relação entre o poder e o ensino de determinada língua. Assim, ainda hoje, tem por objetivo visualizar quais línguas podem ser usadas em quais situações, ou ações de governos em proibir ou forçar o ensino de uma língua específica, entre outras inúmeras circunstâncias, já que o uso de uma determinada língua é uma questão política e, por vezes, cercada de conflitos

¹ CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística um Introdução Crítica*, 2002, p. 145.

e negociações. Kanavillil Rajagopalan (2013, p. 19) afirma também que,

Muitas vezes, há a impressão de que quando as pessoas se referem à política linguística, elas querem dizer algo como ‘militância linguística’ em prol de línguas na beira de extinção, línguas ou suas variedades que são objetos de discriminação ou descaso, temas estes que sempre estiveram presentes entre alguns pioneiros na disciplina linguística... Sem sombra de dúvida, a militância faz parte daquilo que chamamos de política linguística... Mas a política linguística, como já disse, é um tema muito mais complexo.

Rajagopalan (2013), também dá uma ideia do que é e do que não é política linguística:

A política linguística não é uma ciência, muito menos uma ciência exata. A política linguística é muito mais uma arte. Se a política em seu sentido geral pode ser caracterizada como a arte de conduzir a governança ou a administração de assuntos públicos de um estado, a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à língua que importam para o povo de uma nação. (RAJAGOPALAN, 2013, p.21)

Dessa forma, o autor resume que mais do que ações políticas, a política linguística tem como função administrar situações que envolvem o interesse de toda uma sociedade; afinal, a língua é o grande meio de comunicação do homem. A linguagem também pode ser vista como um lugar de interação, uma vez que através dela o sujeito tem a prática social, transmitindo mais do que informações, agindo sobre o seu ouvinte. Assim o autor ainda afirma que os termos “política linguística” e “planejamento linguístico” ainda hoje são confundidos apenas com militância política, fazendo que se desenvolvam ideias equivocadas e baseadas em fundamentações algumas vezes errôneas.

Louis –Jean Calvet em *As Políticas Linguísticas* (2007), expõe de maneira clara o instrumento do planejamento linguístico, trabalhando o *CORPUS*, que diz respeito às intervenções na forma da língua, ou seja, a elaboração de gramáticas e dicionários ou ainda a inclusão de estrangeirismos, entre outras situações, e o *STATUS* da língua, que diz respeito às intervenções nas funções da língua, ou seja, sua posição dentro de uma comunidade, além da relação destas com outras línguas. Além disso, Calvet define a política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (*Ibid*, p. 11), defendendo ainda que também existe diferença entre esta e o planejamento linguístico, que faz parte apenas da implementação dessas decisões.

2.3 EXPANSÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA E O CONTEXTO BRASILEIRO

Uma língua franca é definida pela Enciclopédia de Línguas no Brasil (projeto com o objetivo de reunir conhecimento sobre o grande número de línguas praticadas pelo país, desenvolvido pela Unicamp) como “a língua comum de grupos sociais que falam línguas diferentes” (GUIMARÃES, 2005, vol. 57).

No caso da língua inglesa, que é considerada atualmente uma língua franca de interações globais, ela é chamada, também de língua global, conforme Crystal (1997), tal qual aparece em sua obra *English as a Global Language* (Inglês como Língua Global),

Uma língua atinge o genuíno status de global quando desenvolve um papel especial que é reconhecido em todos os países. Para atingir tal status, uma língua tem que ser utilizada por outros países ao redor do mundo. Eles devem decidir dar um lugar especial para esta língua em suas comunidades, apesar de terem poucos ou nenhum falante nativo da língua.² (*Ibid*, p.3)

Crystal ainda afirma que o fato de uma língua se tornar global tem pouca relação com o número de pessoas que a tem como língua materna: tem muito mais relação com quem estes falantes são. Ele usa como exemplo o Latim, que se tornou internacional através do Império Romano, sendo que os romanos não eram em maior número que os povos que eles dominavam, mas sim tinham mais poder. Sem esse poder, seja político, militar ou econômico, nenhuma língua consegue fazer progresso como meio de comunicação internacional.

O passo mais importante do progresso da língua inglesa em relação ao seu status de língua franca aconteceu no final do século XVI, quando o número de falantes nativos de inglês no mundo era em torno de 7 milhões de pessoas, quase todos vivendo nas ilhas Britânicas. Entre o reinado da Rainha Elizabeth I (1588) e o começo do reinado da rainha Elizabeth II (1952), esse número havia aumentado para 250 milhões de pessoas, a grande maioria vivendo fora do território britânico.

Esse grande aumento se deu graças à movimentação dos ingleses começando com as viagens pioneiras para as Américas, Ásia e outros lugares ainda desconhecidos naquela

As traduções em português dos textos em língua inglesa são de responsabilidade da autora deste trabalho. Os originais permanecerão em itálico, em nota de rodapé.

² *A language achieves a genuinely global status when it develops a special role that is recognized in every country. To achieve such a status, a language has to be taken up by other countries around the world. They must decide to give it a special place within their communities, even though they may have a few (or no) mother-tongue speakers. (1997, p.3)*

época. Foi uma expansão que continuou através do século XIX nas colonizações da África e do Pacífico Sul, que tornou ainda mais importante para a língua inglesa no século XX quando alguns desses países, ao se tornarem independentes, a transformaram em língua oficial. A grande maioria desses falantes eram de suas colônias na América do Norte, que continuou a expansão através de movimentos de uma costa a outra. As colônias foram atraindo ainda mais imigrantes irlandeses e britânicos. No final do século XVIII o processo contínuo de exploração dos britânicos pelo mundo fez com que a língua inglesa também fosse estabelecida no hemisfério sul, avançando pela Austrália, Nova Zelândia e países da África. Hoje em dia a língua inglesa é reconhecida como internacional graças a essa expansão do poder colonial britânico, que teve o seu auge no final do século XIX, e o crescimento dos Estados Unidos da América como potência econômica no século XX. Os norte-americanos têm aproximadamente 70% dos falantes nativos da língua inglesa hoje, e esse domínio numérico, juntamente com o poderio político e econômico, faz com que os americanos controlem a maneira com que a língua se desenvolve.

Crystal menciona ainda o linguista americano Braj Kachru, que sugere que pensemos na expansão da língua inglesa como três *círculos concêntricos* (FIGURA 1): O *Inner circle* (círculo interno), representa os países que têm como língua materna a língua inglesa; o *outer circle* (círculo externo), representa os países que têm a língua inglesa como segunda língua e no qual esta representa um papel importante; já o *expanding circle* (círculo em expansão), são os países que reconhecem a importância da língua inglesa como língua franca; no entanto, não a têm como língua oficial. O Brasil faz parte desse último grupo.

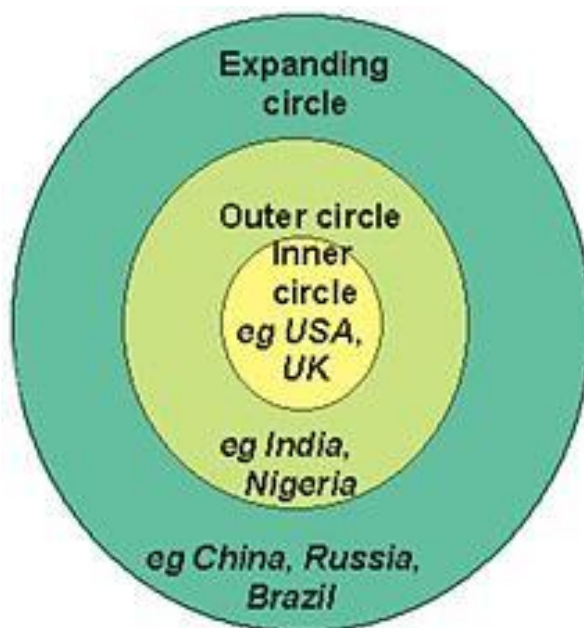


Figura 1. Os círculos de Kachru.

FONTE: CRYSTAL, 1997, p. 54

Se considerarmos que vivemos em um mundo no qual a globalização e a fácil comunicação com outros países e culturas nos obriga a dominar mais de uma língua, perceberemos o quão importantes são as políticas linguísticas voltadas para o ensino de línguas estrangeiras. Sabendo disso, podemos perceber que a língua inglesa vem se tornando a língua de referência para a comunicação tanto para negócios como no dia-a-dia. O crescimento da exigência do conhecimento da língua inglesa se verifica desde muito antes da era dos computadores e da *internet*, que só contribuíram para a sua expansão.

Percebemos que além de inúmeros órgãos, associações, ligas, organizações e até países terem assumido a língua inglesa como língua oficial, outras áreas também vem sendo dominadas pela língua, como a imprensa, propaganda, os filmes, músicas, comunicação em empresas multinacionais, entre outros. Esta se tornou a língua mais falada no mundo. No entanto, apesar das políticas linguísticas implantadas pelo governo, poucos alunos concluem a educação básica conseguindo se comunicar em outra língua.

As consequências de falhas no ensino básico acabam gerando impacto até mesmo nas políticas de incentivo de internacionalização das universidades. O programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que promove o intercâmbio de estudantes entre instituições brasileiras e as de outros países teve que promover um programa paralelo - o Idioma sem Fronteiras (IsF) - para que os alunos brasileiros pudessem ter essa experiência de forma que acompanhassem as aulas nas universidades estrangeiras, ministradas em língua inglesa. (ver Capítulo 4).

O fato do ensino de línguas estrangeiras só ser obrigatório a partir do 6º ano do ensino fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (ver Capítulo 3), pode atrasar o aprendizado dos alunos, uma vez que estes poderiam estar aprendendo a língua muito mais cedo. Também não há uma maneira de padronizar o conteúdo que é ensinado nessa disciplina e como este é avaliado. Outra questão que merece atenção é a do material utilizado nas aulas de língua inglesa: apesar de os professores receberem material didático através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD – ver Capítulo 5), deve-se considerar que alguns não têm salas de aula com recursos tecnológicos e outros podem ter dificuldade em lidar com esse material recebido. Além disso, os professores precisariam de constantes cursos de capacitação, que nem sempre são oferecidos na frequência necessária³.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUA INGLESA

A importância das políticas linguísticas e o ensino da língua inglesa de uma maneira geral e também especificamente no nosso país se dá a partir da influência que esta língua vem tendo cada vez mais na nossa sociedade. A língua inglesa vem ganhando esse destaque por motivos políticos, econômicos, sociais, culturais e acadêmicos.

Nunca houve uma língua tão falada por tantas pessoas como a língua inglesa. Assim, de acordo com Crystal, não se sabe o que vai acontecer com uma língua que atinge essa posição com tal status. O que sabemos é que, sem dúvida, essa língua é de essencial importância para o futuro e que um importante passo não apenas para os professores, mas

³ Segundo o MEC, algumas escolas já fazem programas que investem na formação específica para professores de língua inglesa, visando aprimorar o nível de conhecimento da língua do professor. O British Council, por exemplo, tem programas em parceria com algumas escolas da rede pública e privada do Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo. Lá os professores passam por cursos, atualização de metodologias, conhecimento de materiais, aulas de conversação, entre outros.

principalmente para os gestores da área de educação é saber como lidar com essa nova posição da língua.

Presencia-se hoje uma grande mudança no que já se conhecia com relação à importância da língua inglesa em nível mundial, bem como com relação a políticas linguísticas efetivas para o seu ensino/aprendizagem. Essas políticas linguísticas fazem parte da estrutura básica do governo na ação em relação a qualquer aspecto que diga respeito à determinada língua. Sabendo disso, iremos, nos próximos capítulos estudar documentos e programas em relação a políticas linguísticas voltados para o ensino da língua inglesa.

3. DOCUMENTOS OFICIAIS

3.1. INTRODUÇÃO

A definição de políticas linguísticas, como já foi visto nos capítulos anteriores, diz respeito a tomadas de decisões sobre o uso e os usuários de uma ou mais línguas e as escolas não escapam dessas deliberações. As políticas linguísticas afetam não só diretamente o que se faz nas instituições de ensino, mas como é que nesse ambiente elas são efetivadas. Como elas fazem parte da estrutura básica do governo na ação em relação a qualquer aspecto que diga respeito à determinada língua, incluem documentos referentes ao ensino nos currículos escolares.

Nessa pesquisa faremos um estudo sobre diversos documentos específicos, voltando-nos para o ensino da língua inglesa. Alguns desses documentos são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de âmbito nacional, considerada, segundo a Secretaria da Educação Básica, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), um dos principais documentos que norteiam a educação básica no Brasil; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que atuam desde a educação infantil até o ensino superior; os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (PCNLE), que abrangem o ensino da língua no ensino fundamental; os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM); as Orientações Curriculares do Ensino Médio, de nível nacional; a nova LEI Nº 13.415, 2017, aprovada este ano, que propõe além da reforma do ensino médio, mudanças na Lei das Diretrizes; e, por último, as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCE).

3.2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), surgiu em 1996 e tem por objetivo regulamentar o sistema educacional público e privado no Brasil desde a educação infantil até o ensino superior. Antes do surgimento da LDB como conhecemos hoje, já existia uma lei criada em 1961 que também abrangia todos os segmentos de ensino.

A LDB atual destaca o direito à educação, mencionada pela Constituição Federal. Além disso, define os princípios da educação e os deveres do Estado em relação às

instituições públicas, determinando as responsabilidades, de forma cooperativa entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Segundo a lei, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. A educação básica é dividida ainda em: educação infantil, que é de competência dos municípios; ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano) de responsabilidade do município e anos finais (6º ao 9º ano), responsabilidade dos Estados (no entanto gradativamente os municípios serão responsáveis por todo o ensino fundamental); ensino médio, de 1º a 3º ano de responsabilidade dos Estados. Já o ensino superior é de competência da União, podendo ser oferecido pelos Estados e municípios, desde que já tenham atendido os outros níveis educacionais pelos quais são responsáveis. A União também é responsável por autorizar e fiscalizar as instituições de ensino superior privadas.

A LDB ainda aborda outras categorias de educação, a saber, educação especial, educação a distância, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e educação indígena.

Com relação ao ensino da língua inglesa, a LDB de 1996 tinha uma abordagem diferente da que tem hoje em dia. Durante os anos, algumas mudanças foram sendo feitas para que a lei se adaptasse à realidade brasileira. Um exemplo disso é que, quando a LDB surgiu, era dito que era dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos alunos a partir dos sete anos de idade. Em 2005, a lei foi alterada para que os alunos fossem matriculados a partir dos seis anos de idade. Desde 2013, a lei afirma que a matrícula das crianças na educação básica deve ser a partir dos quatro anos de idade. Com a aprovação da Medida Provisória (MP) 746/2016 algumas mudanças também foram feitas na Lei, implementando assim a Lei Nº13417, 2017 que será discutida no item 3.7 desta pesquisa.

Um dos documentos que surgiram a partir da LDB foram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que serão discutidas no próximo item.

3.3. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) surgiram com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. As DCNs são normas obrigatórias para a educação que orientam o planejamento e o sistema de ensino das escolas. Estas reúnem em um mesmo documento todas as orientações dos segmentos da educação básica e em outras orientações específicas para os cursos superiores.

A partir das competências explicitadas nas DCNs, as instituições têm autonomia para montar sua proposta pedagógica e seu currículo de maneira que melhor se identifiquem, dentro de áreas de conhecimentos e conteúdos apresentados ali. Assim, de acordo com as Diretrizes, cada escola deve trabalhar os conteúdos propostos, porém adaptando-os de acordo com o público atendido, a comunidade na qual está inserida e demais aspectos relevantes.

No que diz respeito à língua estrangeira, a parte do documento específico de Ensino Fundamental descreve que apenas haverá obrigatoriedade no ensino de uma língua estrangeira moderna no currículo a partir do 6º ano, deixando a critério da instituição a escolha da língua. No entanto, de acordo com o *Art 31 § 1º* (DCN, p. 137), as escolas podem optar por incluir língua estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo necessário apenas o professor ter licenciatura específica na língua em questão. De acordo com o documento, ainda um dos componentes definidos como obrigatório é caracterizado no trecho no qual é afirmado que:

VII – uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. (DCN, p. 187)

Ou seja, é de caráter obrigatório que a escola ofereça uma língua estrangeira moderna em seu currículo, escolhida pela comunidade, e uma segunda, como optativa, para os alunos que tiverem interesse. No entanto, devido à Lei nº 11.161/2005, a língua espanhola se tornou de oferta obrigatória no ensino médio pelas unidades escolares, embora facultativa para o estudante. (DCN, 1996, p. 187)

Dessa forma, também pode ser encontrada na parte das Diretrizes de Ensino Médio, uma busca para entender o jovem deixando de estereotipar os estudantes, passando a percebê-lo como sujeito com valores, interesses, comportamentos e necessidades. Além disso, são destacadas as ansiedades dos jovens em relação ao futuro, suas necessidades de fazer-se ouvir e sua valorização pela sociedade.

Já as Diretrizes dos Cursos de Graduação têm uma estrutura um pouco diferente do que as da Educação Básica. Cada curso apresenta as suas próprias diretrizes, e elas levam, em consideração os desafios da educação superior diante das mudanças na sociedade, na exigência do mercado de trabalho e nas condições que cada profissional de sua área específica irá encontrar. É destacado ainda que a Universidade deve ser encarada como um espaço aberto para que a imaginação e a cultura possam fluir de maneira natural

e sem preconceitos, para que se possa intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

As DCNs dos cursos de Letras, mais especificamente, surgiram em 2001. Nelas destaca-se que estes cursos devem ter estruturas mais flexíveis para que deem ao estudante a opção de estudar e de atuar no mercado de trabalho ao mesmo tempo, além de criar todas as oportunidades para o desenvolvimento de habilidades necessárias para que o estudante seja um bom profissional, dar prioridade no que diz respeito ao desenvolvimento da autonomia dos alunos, promover comunicação entre ensino e pesquisa, desenvolver a autonomia universitária, ficando a cargo de cada instituição de ensino superior definições de perfil profissional, carga horária, atividades curriculares, atividades complementares e estágios.

As DCNs ainda definem o perfil dos formandos em cada curso. No curso de Letras, por exemplo, o objetivo é formar profissionais interculturais, capazes de lidar com as linguagens, nos contextos oral e escrito, além de terem consciência do seu papel na sociedade. Além disso, são citadas as competências e habilidades que um formando deve adquirir ao longo do curso: domínio na língua estudada; reflexão analítica e crítica sobre a linguagem; visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nos estudos; domínio dos métodos e técnicas pedagógicas; entre outros.

Quanto aos conteúdos curriculares, de maneira integrada ao currículo básico do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional. Eles devem ser compreendidos como qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, entre outras. No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que são feitas para isto. Além disso, os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Por fim, as Diretrizes ainda destacam que as instituições universitárias são autônomas para criar cursos, alterar projetos pedagógicos e introduzir novas habilitações em cursos de graduação, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim como as DCNs, outro documento também instituído pelo governo federal para orientar a educação básica brasileira são os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (PCNLE), que veremos no item a seguir.

3.4. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (PCNLE)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) surgiram em 1997 para ajudar na orientação de professores e escolas no Brasil, ou seja, para que todas as escolas pudessem ter um referencial para elaboração de seus currículos. Assim, uma escola em um extremo do país pode ter um mesmo padrão de projeto de ensino e concepções de ensino que outra escola em outro Estado, por exemplo. Dessa forma, se um aluno for transferido de uma região do país para outra, a estrutura curricular ensinada na escola será a mesma e o aprendizado do aluno não será afetado. Os PCNs norteiam a base curricular de todas as escolas brasileiras, apesar de as escolas poderem se diferenciar dependendo do espaço no qual estão inseridas, devendo-se dar ênfase às especificidades locais.

Os Parâmetros têm como objetivo guiar os professores na função educativa da formação de jovens e adultos conscientes de seu papel na sociedade. Por intermédio deles, os educadores podem ainda visualizar conteúdos, formas de encaminhamento de atividades, expectativa de aprendizagem, além de meios de avaliação. Os PCNs ainda apresentam as séries em ciclos. Isso tem como objetivo dar uma melhor continuidade ao aprendizado dos alunos, buscando uma maior integração do conhecimento e evitando, assim, uma segmentação excessiva de conteúdos.

Os PCNs do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano são divididos em áreas de conhecimento, como: Língua Portuguesa; Matemática; Ciências Naturais; Arte; Educação Física; História e Geografia. Da mesma forma, algumas questões sociais também são abordadas como ética, saúde, meio ambiente, entre outras.

Os Parâmetros Curriculares direcionados ao chamado Ensino Fundamental II (6º ao 9ºano) são divididos em volumes: introdução aos PCNs; Língua Portuguesa; Matemática; Ciências Naturais; Geografia; História; Arte; Educação Física; Língua Estrangeira e Temas Transversais.

Assim, é feita uma definição dos objetivos gerais de aprendizagem, que mostram as capacidades que os alunos devem desenvolver ao longo desse período.

Com relação ao foco deste trabalho de pesquisa, isto é, o ensino de línguas estrangeiras especificamente a língua inglesa, os Parâmetros destacam duas questões teóricas principais: a visão sociointeracional da linguagem e da aprendizagem. A primeira indica que, ao se engajarem no discurso, as pessoas consideram aqueles a quem se dirigem ou quem se dirigiu a elas na construção social do significado. É importante que dessa forma a escola tenha um posicionamento na cultura e na história. Para que o sociointeracionismo aconteça, o aluno deve utilizar seus conhecimentos de mundo e organização textual, além de aprender a utilizá-los no conhecimento da sociedade e da cultura através da língua estrangeira que está sendo estudada. O conhecimento desses conceitos e de seus usos é essencial na aprendizagem, uma vez que estes têm como objetivo aspectos metacognitivos e desenvolvem a consciência crítica do aprendiz no que se refere em como a linguagem é usada no dia-a-dia.

De acordo com a visão sociointeracional da aprendizagem apresentada nos Parâmetros, os processos cognitivos têm uma natureza social, sendo gerados por meio da interação entre os alunos. De acordo com o PCNLE, em sala de aula, esta interação nem sempre funciona, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento. Então o professor deve aprender a compartilhar seu conhecimento e dar voz ao aluno de modo que este possa se constituir como sujeito do discurso e, portanto, da aprendizagem.

Segundo o documento, mesmo em grandes cidades, o número de pessoas que podem e/ou precisam utilizar o conhecimento de outra língua, além da língua materna, é relativamente pequeno. Assim, não se deve ter como central o desenvolvimento das habilidades orais, já que estas não são utilizadas pela maioria dos estudantes brasileiros, como aponta o trecho:

Mesmo nos grandes centros, o número de pessoas que utilizam o conhecimento das habilidades orais de uma língua estrangeira em situação de trabalho é relativamente pequeno. Deste modo, considerar o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de Língua Estrangeira no Brasil não leva em conta o critério de relevância social para a sua aprendizagem. Com exceção da situação específica de algumas regiões turísticas ou de algumas comunidades plurilíngües, o uso de uma língua estrangeira parece estar, em geral, mais vinculado à leitura de literatura técnica ou de lazer. Note-se também que os únicos exames formais em Língua Estrangeira (vestibular e admissão a cursos de pós-graduação) requerem o domínio da habilidade de leitura. (PCN Língua Estrangeira, 1998, p. 20).

Dessa forma, vemos que os PCNs priorizam o ensino da leitura sobre as demais habilidades linguísticas, por considerá-la a mais lógica em relação à proposta metodológica adotada pelas escolas públicas e por esta ser considerada necessária ao desenvolvimento cultural dos estudantes.

No entanto, hoje em dia, limitar o ensino de língua estrangeira à aprendizagem de gramática e vocabulário, pode acabar desmotivando o aluno. A gramática não deve ser ensinada separadamente das habilidades orais, pois assim será apenas mais um conteúdo a ser cobrado nas provas desmotivando os estudantes a realmente aprenderem a língua.

Ainda podemos encontrar nos PCNs uma preocupação no que se refere à dominação do ensino da língua inglesa como língua estrangeira. A posição dessa língua nas áreas de negócios, da cultura popular e das relações acadêmicas a coloca como a língua do poder econômico e dos interesses de classes, transformando-a numa possível ameaça para a possibilidade de se ensinar outras línguas e fazendo com que ela goze de uma posição de prestígio em relação às demais línguas estrangeiras, uma vez que devido ao seu status, no momento de escolha de uma língua a ser aprendida, as chances de um estudante preferir ter aulas de língua inglesa são muito maiores em relação a qualquer outra língua estrangeira. Por isso, o trabalho com a língua estrangeira no ensino fundamental exige da instituição algumas considerações antes da decisão de qual deve ser lecionada. Esta decisão, segundo os documentos, vai exigir alguns cuidados, já que vai ser o primeiro contato que a maioria estará tendo com a aprendizagem de outra língua de maneira formal.

3.5. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO (PCNEM)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)⁴, instituídos em 1998, são divididos da seguinte maneira: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (PCN); Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (PCN+); Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (PCN); Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (PCN+); Ciências Humanas e suas Tecnologias (PCN); Ciências Humanas e suas Tecnologias (PCN+).

⁴Todos os títulos se apresentam repetidos, apenas mudando a sigla entre parênteses com o símbolo +, ou seja, todos os volumes que apresentam esse símbolo são orientações complementares aos PCNs, que foram instituídas posteriormente.

Ao que diz respeito à linguagem, o documento afirma que esta é transdisciplinar e que exige do professor essa perspectiva em situação didática. A linguagem é ainda uma herança social entre indivíduos e faz com que sejam envolvidos sentimentos, emoções e percepções. A compreensão da concepção da linguagem pode permitir aos alunos a problematização dos modos de se enxergarem no mundo e da organização dos seus pensamentos. A linguagem ainda permeia o conhecimento, as formas de conhecer e as formas de pensar, a comunicação e os modos de comunicar, a ação e os modos de agir. A linguagem é humana, e como o homem se destaca pelo seu caráter criativo. Esta não pode existir no vazio: é necessária interação, a comunicação entre pessoas, dentro de um contexto social.

Já em relação ao ensino de línguas estrangeiras, o documento destaca que esta disciplina adquire uma importância igual à de outras no currículo, do ponto de vista da formação do cidadão, pois permite ao estudante se aproximar de outras culturas e assim se integrar num mundo globalizado.

De acordo com o documento é necessário conhecer e usar as línguas estrangeiras como instrumento de acesso a informações a novas culturas e grupos sociais. Além disso, precisa-se compreender e analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando o aprendizado com contextos sociais e culturais dos alunos para que haja uma melhor compreensão e interesse na hora do aprendizado.

Ainda é apresentada uma perspectiva de diferentes relações que o ensino de línguas estrangeiras proporciona na vida de um estudante. O PCNEM ainda destaca que, apesar de no Brasil a legislação indicar que deveriam ser ensinadas línguas estrangeiras nas escolas, nem sempre isso ocorreu. Fatores como a falta de professores capacitados e o reduzido número de horas reservado ao ensino destas línguas sempre atrapalharam a possibilidade de tais legislações serem postas em prática.

O fato de esta disciplina ainda ter um número reduzido de aulas semanais e turmas compostas por alunos em diferentes níveis de conhecimento da língua, também é mencionado no documento. Levando isso em consideração, de acordo com o documento, devem-se criar estratégias para que as competências e os conteúdos possam ser desenvolvidos por todos. Os PCNEM ainda sugerem que os professores trabalhem a partir de três frentes: a estrutura linguística, a aquisição de vocabulário e a leitura e a

interpretação de textos. Esta última frente ganha um maior destaque e, de certa forma, utiliza as duas primeiras frentes para ser realizada de maneira eficaz. É a partir do texto e de sua leitura e interpretação que se propõe a seleção de conteúdos gramaticais e de vocabulário a serem desenvolvidos no ensino médio.

Para que os objetivos dos PCNEM sejam alcançados, deve ocorrer um trabalho em conjunto de professores e instituições que estejam dispostos a abandonar velhos hábitos, estudar novas metodologias e adquirir nova postura em relação ao ensino da língua estrangeira.

Além dos PCNEM outra orientação de ordem nacional importante para a educação no ensino médio são as Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCN), que veremos no próximo item.

3.6. ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO (OCN)

Dentre os documentos relacionados ao ensino médio também estão as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN). Estas são orientações nacionais, que surgiram em 2006 e são divididas em três volumes: o primeiro é sobre linguagem, códigos e suas tecnologias; o segundo volume, sobre ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; o terceiro, sobre ciências humanas e suas tecnologias.

Esta proposta foi desenvolvida a partir de discussões entre gestores das Secretarias Estaduais de Educação e pesquisadores do ensino das diferentes disciplinas. A ideia inicial era a retomada e reflexão sobre o PCNEM, não apenas no sentido de aprofundar a compreensão sobre os pontos que mereciam esclarecimentos, mas também, desenvolver novos aspectos que pudessem oferecer ideias alternativas para a organização do trabalho pedagógico, com o intuito de atender as necessidades e as expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo do ensino médio. Assim ficou definido um encaminhamento de trabalho que garantisse a articulação de todos os envolvidos para que fosse alcançado um objetivo final de modo que respondesse às necessidades reais em relação ao ensino e aprendizagem dos jovens no ensino médio de hoje.

O documento ressalta uma abordagem interacionista. Em relação às especificidades envolvidas na produção, na recepção e na circulação de diferentes textos, é defendido que todo tipo de texto é baseado na interação entre escritor e leitor. Isso

porque, dessa forma, assumem-se algumas características comuns no que diz respeito à relação entre o homem e a linguagem e homem e mundo, ou seja, é pela linguagem que o homem se constitui sujeito. (OCN, 2006, p. 23).

As orientações ainda afirmam que a língua é uma das formas de manifestação da linguagem. Dessa forma, o homem em suas práticas orais e escritas de interação social, recorre ao sistema linguístico para se comunicar. Esta é, portanto, uma atividade de construção de sentidos, que pode ou não envolver a fala em si, pois a interação pode envolver ações que não são apenas linguísticas, já que pode haver um conjunto de conhecimentos que contribui para sua elaboração.

No que diz respeito ao ensino da língua inglesa, as OCNs específicas desse assunto têm como objetivo retomar a reflexão sobre a função educacional do ensino de línguas nas escolas e ressaltar a importância dessas, reafirmando a noção de cidadania e discutindo a prática dessas ideais no ensino de línguas estrangeiras. Além disso, é discutido o problema da exclusão no ensino em face de valores “globalizantes” e o sentimento de inclusão frequentemente aliado ao conhecimento de línguas estrangeiras (OCN, 2006, p.88).

As orientações têm por objetivo introduzir as teorias sobre a linguagem e as novas tecnologias (letramentos, multiletramentos, multimodalidade, hipertexto) e dar sugestões sobre a prática do ensino de línguas estrangeiras por meio dessas. Além disso, no que diz respeito às habilidades a serem desenvolvidas no ensino de línguas estrangeiras no ensino médio, as OCNs têm como foco a leitura, a prática escrita e a comunicação oral em contexto. As OCNs sugerem incluir o desenvolvimento da comunicação oral no currículo do ensino das línguas estrangeiras, habilidade que é deixada de lado pela maioria dos outros documentos. Ao longo dos anos, é sabido que a oralidade na aprendizagem de uma língua estrangeira é muito importante no processo de ensino. Além disso, é utilizado o termo “línguas estrangeiras” em grande parte do documento. No entanto, em algumas partes do texto é possível encontrar explicações realizadas especificamente sobre a área de ensino da língua inglesa; porém não ganham muito destaque já que defende-se que a língua inglesa não deve ser a única língua a ser considerada, como se pode ver no trecho em destaque:

Quando professores e alunos defendem a necessidade de língua inglesa no currículo em vista do mercado ou das exigências tecnológicas, ou porque esse

é o idioma da globalização, entendemos que esses argumentos refletem uma visão realista, mas revelam uma perspectiva parcial do que esse ensino pode realizar educacionalmente. Mais do que reforçar apenas os valores sociais do momento, valores que são, reconhecidamente, interpelados pelo movimento econômico-cultural da globalização, entendemos que o objetivo de um projeto de inclusão seria criar possibilidades de o cidadão dialogar com outras culturas sem que haja a necessidade de abrir mão de seus valores. (OCN, 2006, p.96).

Entendemos, assim, que “as teorias apresentadas neste documento se aplicam ao ensino de outras Línguas Estrangeiras no ensino médio” (OCN, 2006, p.87). As OCNs requerem, contudo, adaptações e ajustes em função das especificidades de cada idioma estrangeiro, deixando a critério da instituição essas mudanças de acordo com o currículo e o projeto pedagógico.

Assim como as OCNs, que tem âmbito nacional, e tem como característica aprimorar a educação no ensino médio, as Leis que surgem como forma de atualizar a LDB tem como característica adapta-la para torna-la mais de acordo com a realidade encontrada em sala de aula. Uma dessas Leis será apresentada no item a seguir.

3.7. LEI N°13415, 2017

A partir da Medida Provisória (MP) 746/2016 do governo surgiu a proposta para a reestruturação do ensino, da qual ocorreram algumas mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. A MP foi aprovada e estabelecida como Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

A Lei propõe uma mudança que vem chamando a atenção e provocando debates em todo o país, já que traz inúmeras alterações na estrutura do Ensino Médio, assim como algumas alterações no Ensino Fundamental, mencionando ainda a Educação Infantil, inclusive. Segundo o governo, a medida tem como objetivo dar prioridade à aprendizagem dos alunos e a fazer com que os jovens tenham interesse em permanecer na escola, através de uma proposta de um currículo que considere os interesses individuais dos estudantes e ofereça oportunidades parecidas às de países como os EUA.

Com relação à língua inglesa, a nova lei considera obrigatória a oferta do ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do Ensino Fundamental. É importante destacar que, enquanto a LDB deixava a critério da instituição a escolha da língua estrangeira moderna a ser ensinada neste período da educação básica, a nova lei explicita claramente que a

língua inglesa deve ser a língua escolhida, obrigatoriamente até no ensino médio. Como vemos no Art. 35 –A:

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

Ainda assim, poderão ser ofertadas outras línguas estrangeiras de forma optativa, de acordo com a disponibilidade de cada instituição. Na lei ainda consta que é preferível que esta segunda língua ofertada seja a língua espanhola.

Outro documento também importante para a educação básica brasileira, mas de âmbito estadual são as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCE) que serão apresentadas a seguir.

3.8. DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ (DCE)

As Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCE) surgiram recentemente, em 2009, com o intuito de serem adotadas por todas as escolas públicas estaduais para que fosse seguida a proposta curricular para o ensino fundamental de 6º a 9º ano e ensino médio.

As DCEs apresentam uma proposta político-pedagógica para o ensino fundamental e médio que está dividido por disciplinas que devem se relacionar de forma interdisciplinar, ou seja, conceitos, teorias ou práticas aprendidos em uma disciplina devem ser utilizados para discussão ou para auxiliar na compreensão de algum outro conteúdo de outra disciplina. (DCE, 2008, p. 27)

Além disso, o método de avaliação e a dimensão histórica da disciplina de língua estrangeira também ganha grande destaque nas DCEs, onde é contada a trajetória do estudo das línguas inglesa, francesa e do alemã como línguas de grande influência na nossa cultura.

As DCEs ainda sugerem uma mudança na proposta do currículo da língua estrangeira nas escolas. De acordo com as Diretrizes, o ensino da língua estrangeira é feito tendo como ideia que as línguas têm papel de instrumentos de acesso à informação. No entanto, elas são muito mais do que isso. Aprender uma nova língua é ter a possibilidade de conhecer, expressar, transformar e entender um outro mundo e a partir

dele construir novos significados. O documento ainda propõe que através do conteúdo estruturante, ou seja, do principal objeto de estudo, devem ser trabalhadas questões linguísticas sociopragmáticas, culturais e discursivas, assim como situação de uso da língua, como a leitura, a oralidade e a escrita.

3.9. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Para construirmos nossos próprios conhecimentos e propiciar que nossos alunos também os construam, devemos ser ao mesmo tempo professores e estarmos abertos a novas ideias e novas metodologias que os documentos e os estudos podem nos trazer.

Os documentos oficiais têm como principais características justamente unir essas necessidades encontradas nas salas de aula e os conteúdos a serem ensinados, além de indicar a necessidade de unir forças entre o governo e a sociedade, dando apoio à escola. Eles também enfatizam a aprendizagem de conteúdos elaborados como base para a construção da cidadania e identidade dos estudantes, ampliando a visão de conhecimento para além dos conceitos, mostrando valor no desenvolvimento de seus trabalhos e propondo incentivos aos alunos para que consigam encarar os estudos com compromisso e responsabilidade.

Por intermédio desses documentos podemos ver ainda como o ensino da língua inglesa é visto pelo governo brasileiro. O objetivo da escola, em relação à língua é formar cidadãos capazes de se expressarem e compreenderem a língua inglesa, para que possam participar da sociedade de forma ativa. Portanto, os professores, as escolas e o governo precisam compreender a importância do ensino da língua para que este seja conduzido de acordo com a necessidade dos alunos, promovendo o espaço de aprendizado necessário para que os alunos consigam aprende-la.

Portanto, é através dos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira que é assegurado a que todos os estudantes brasileiros, em todas as regiões do país, tenham acesso garantido a educação e aprendizado, promovendo igualdade e coerência nos conteúdos e no sistema educacional.

Levando-se em consideração esses aspectos e os estudos dos documentos oficiais, iremos nos dedicar ao estudo de documentos das nossas universidades e seus programas

no próximo capítulo, a fim de compreender o processo de internacionalização das universidades brasileiras.

4. IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

4.1. INTRODUÇÃO

Será tratado nesse capítulo de uma importante política linguística implantada pelo governo: o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Além dessa política, iremos discutir medidas tomadas para melhorar e ampliar a internacionalização das universidades públicas, que têm como objetivo a troca de conhecimentos entre os estudantes brasileiros e estrangeiros.

Para isso, faz-se importante entender que no Brasil, a educação de ensino superior era vista como privilégio para poucos. Até pouco tempo atrás era incomum ver jovens e adultos planejando entrar em faculdades e universidades para estudar. No entanto, com o desenvolvimento econômico e social que o país teve nos últimos anos foi possível notar um aumento no número de estudantes universitários, mestrados e inclusive doutorandos nas universidades brasileiras. Segundo o Ministério da Educação (MEC), entre 2002 e 2014, o Brasil teve um aumento de 80 % no número de jovens que concluíram o ensino superior. No mesmo período o número de titulados de mestrado e doutorado mais que dobrou, foram de 31,3 mil em 2002 para 66, 9 mil em 2014. (MEC, 2016)

Com o aumento do número de jovens com acesso ao ensino superior público, não só novas oportunidades surgiram para quem tinha acesso à educação com qualidade, mas também novos programas e projetos surgiam dentro das próprias universidades.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi um desses importantes projetos que surgiu em 2011, com o objetivo de ampliar as oportunidades de estudo e internacionalizar a ciência e tecnologia, as ideias inovadoras dos estudantes brasileiros, por meio do intercâmbio e da mobilidade estudantil do ensino superior, dando condições para que os alunos de graduação, mestrado ou doutorado, pudessem conhecer outras realidades de ensino, ser expostos a outras culturas e conhecessem outras instituições. Assim, o estudante também tinha a oportunidade de estudar um segundo idioma e tornar-se proficiente nela.

No entanto, segundo Abreu-e-Lima, Moraes F., Barbosa e Blum (2016), quando o programa foi colocado em prática, foram surgindo certas dúvidas sobre o despreparo

dos alunos em relação ao conhecimento de outras línguas e das universidades quanto a uma política de internacionalização, os aspectos curriculares que considerassem alunos vindos de outros países, as questões financeiras e de infraestrutura, além da formação de professores preparados para tal programa, entre outras questões.

Como medida para melhor preparar os estudantes que fossem participar do CsF, no final de 2012, a Comissão de Relações Internacionais (CRIA) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) se tornou responsável pelo surgimento do programa Inglês sem Fronteiras (IsF), que tinha como objetivo ampliar a aprendizagem da língua inglesa nas universidades federais (como veremos mais a frente na seção 4.3). Assim, os alunos poderiam ter acesso com maior facilidade ao contexto internacional, quando participassem do CsF. Mais tarde em 2014, outros idiomas foram sendo adicionados ao programa, que por isso começou a ser chamado de Idiomas sem Fronteiras (IsF), e que hoje oferece além da língua inglesa, espanhol, francês, italiano, alemão e japonês.

Além do IsF, a internacionalização também é um importante fator quando se fala de promover a melhoria na qualidade do ensino superior. Segundo Glaucius Oliva, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em entrevista a revista de ensino superior da UNICAMP: “Se eu pudesse singularizar um item que precisa ser incentivado, é a internacionalização” (OLIVA, 2013, p.1), ou seja, esse ponto nas nossas universidades ainda é muito recente e vem se desenvolvendo lentamente.

Nas instituições brasileiras, a circulação de professores, alunos e até materiais de pesquisa entre uma universidade e outra enfrenta dificuldades. A língua portuguesa e as regras do funcionalismo público tornam muito difícil atrair professores estrangeiros, ou até mesmo transferir professores brasileiros para outras universidades. Por isso é de suma importância o ensino da língua inglesa, uma vez que esta, na sua função de língua franca, se torna a língua de comunicação na internacionalização das universidades brasileiras. No entanto, vemos que pouco a pouco a situação vem mudando com a intenção de promover uma melhor educação. É isso que veremos na seção a seguir.

4.2. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Hoje em dia o fácil acesso à informação e a globalização, têm tido muita influência na sociedade, assim como na educação. A própria educação superior que já não era de acesso a todos, se tornou mais acessível e foi obrigada a se adaptar a um novo público, novos padrões de ensino, novas preocupações e interesses de seus estudantes, que devem sair prontos para enfrentar profissões que também são novas.

As universidades passaram a buscar novos meios de ampliar o conhecimento de seus alunos e professores, para melhorar a sua qualidade de ensino. Um desses meios foi a internacionalização. Esta, segundo Yang (2002), é conhecida como a interação entre culturas através do ensino, investigação e pesquisa, com o objetivo de buscar a compreensão ultrapassando fronteiras culturais.

Já para Knight e De Wit (1999), internacionalização é o processo de integração entre instituições internacionais, relacionando suas competências interculturais, linguísticas, de conhecimento e pesquisa. Este, hoje, é um processo indispensável para que se atinjam os objetivos educacionais das instituições, além de ser um processo dinâmico, que depende de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda de acordo com Teichler (2004, apud SOUZA JR. 2010) a internacionalização do ensino superior pode ser dividida em três termos: internacionalização, globalização e europeização. Segundo o autor o primeiro representa as atividades que ultrapassam as fronteiras, a partir das quais ocorre a mobilidade estudantil, cooperação acadêmica e transferência de conhecimento para pesquisas e estudos; já o segundo, está ligado ao fato de as fronteiras internacionais serem deixadas de lado em relação a competição, a transferência de conhecimento e ao comércio; já a europeização seria a versão regional da internacionalização, pois além da cooperação e mobilidade, também trata a dimensão europeia da integração, convergência de contextos e estruturas cultural e social que esses países adotam para cooperarem entre si.

Segundo Sarmiento, Dutra, Barbosa e Moraes Filho (2016), a internacionalização das universidades também é caracterizada pela interação entre as várias culturas, por meio da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento da solução de problemas em comum entre instituições de ensino superior de diversas partes do globo. A internacionalização, ainda ajuda na melhoria da qualidade dos profissionais que se formam no final dos cursos, na

realização de estudos que são compartilhados por duas ou mais instituições, na participação do desenvolvimento social, econômico e até industrial, tendo melhoria na qualidade das universidades e na vida dos seus estudantes. Ainda segundo os autores, ela envolve inúmeros fatores, como a definição de objetivos articulados com as demandas educacionais, as diretrizes curriculares, a atual legislação, e com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Dessa forma, abrir as universidades para o mundo significa aproximar os alunos e professores da ciência e do conhecimento. O objetivo geral que a universidade almeja é de que a internacionalização traga para os alunos qualidade e relevância para a educação superior em um mundo cada vez mais conectado. Além disso, também é de fundamental importância estabelecer uma rede de contatos onde se possa dividir conhecimentos, ideias, dúvidas e construir soluções para problemas.

De acordo com Sarmiento, Dutra, Barbosa e Moraes Filho (2016), as ações e estratégias que uma universidade adota para esse tipo de relação com outras instituições podem ser inúmeras, desde cooperação e projetos internacionais; contatos institucionais; dimensões internacionais e interculturais de ensino e aprendizagem e de pesquisa; intercâmbio acadêmico; trabalhos de campo; extensão e trabalhos de consultoria; recrutamento ou agenciamento de alunos internacionais com conhecimentos específicos de alguma área determinada; dupla diplomação; entre outras.

A língua inglesa tem papel fundamental durante esse processo. Uma vez que, podemos perceber que esta vem se tornando a língua de referência para a comunicação tanto para negócios como no dia-a-dia.

Muitas universidades já adotaram a língua inglesa como língua a ser praticada dentro de sala de aula e de seus câmpus, justamente para facilitar essa mobilidade de alunos e professores estrangeiros, ajudando também nas áreas de pesquisa e ampliando o conhecimento dos alunos.

A seguir veremos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) funciona e como estes discutem o tema da internacionalização dentro das instituições de ensino.

4.2.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Assim, como as instituições de ensino fundamental e médio têm suas regulamentações e seus documentos de acesso para o cumprimento do seu currículo de ensino, as universidades devem seguir o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que consiste em uma definição dos objetivos da instituição de ensino superior e as estratégias que esta tem para atingir suas metas. Cada universidade deve montar o seu próprio PDI. De acordo com o MEC, em um período de cinco anos, a universidade deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação das metas e dos objetivos e ações do Plano da Instituição de Ensino Superior (IES), mantendo a qualidade, orçamento e o padrão da instituição. Ainda deverão ser apresentados, os indicadores de desempenho, para que se possa comparar a situação atual e aquela na qual a universidade se encontrava anteriormente.

O PDI de uma instituição deve apresentar a prática e os resultados da avaliação institucional, para que sejam corrigidos quaisquer problemas e incoerências que possam ser identificadas.

A seguir iremos analisar especificamente o PDI da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

4.2.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PDI – UTFPR)

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná segue o atual PDI 2013– 2017, cuja proposta foi elaborada pela Comissão designada pela Portaria nº 823, de 05/04/2013. No PDI da UTFPR é possível identificar dentre inúmeros pontos de fundamental importância, as atividades complementares que possuem regulamentação própria e são considerados componentes curriculares que objetivam enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, que além de complementarem a formação social, humana e cultural, oferecem várias atividades, como cursos de línguas estrangeiras. Dentre as inúmeras metas e objetivos mencionados no PDI da UTFPR, está a de ampliar a internacionalização

da instituição, prevista para os anos de 2013 e 2014, envolvendo intercâmbios de estudantes e professores.

No Plano ainda podemos perceber que a universidade tenta promover a ampliação do conhecimento dos alunos de inúmeras formas, uma vez que prevê a mobilidade estudantil em duas modalidades, a interna (intercâmpus) e a externa (interuniversitário nacional e internacional).

A mobilidade interna tem como base as diretrizes comuns que não são especificadas no PDI, já a mobilidade externa são programas proporcionados pela universidade que têm como base a dupla diplomação, realização de estágios e trabalhos de conclusão de curso no Brasil e no exterior, estudos e pesquisas que possam ser conveniadas com outras instituições, e intercâmbio pedagógico, científico, técnico e cultural entre alunos, professores e pesquisadores das universidades, promovendo assim a internacionalização.

Por meio da internacionalização que se necessita dar ênfase à língua inglesa, pois é com ela que os alunos poderão assistir aulas, participar de pesquisas, palestras e realizar estágios nas instituições internacionais conveniadas. A língua inglesa através de seu status de língua franca tem se tornado a língua praticada dentro das universidades ao redor do mundo, facilitando assim a mobilidade de estudantes e professores. Além disso, as pesquisas e os estudos podem ser difundidos de maneira mais eficaz, uma vez que escritos na língua que todos podem ter compreensão.

No atual PDI da UTFPR, uma das metas voltadas para a mobilidade estudantil seria a dupla diplomação, porém a demanda por documentação, a necessidade de modernização e flexibilização curricular faz com que muitas dificuldades sejam encontradas, devido a diferentes localidades e legislações das instituições.

No entanto, as relações da UTFPR com outras instituições internacionais vêm apresentando crescimento. No ano de publicação do atual PDI, em 2013, a universidade tinha convênios com mais de 40 instituições de ensino de diferentes países, com intercâmbio de estudantes para os EUA, França, Alemanha e Portugal. Hoje já são cerca de 90 instituições conveniadas de países como Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Canadá, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, EUA, França, Inglaterra, Itália, Japão,

México, Moçambique, Países Baixos, Paraguai, Polónia, Portugal, Romênia, Suécia, Turquia e Ucrânia, com programas para alunos de graduação, pós-graduação e docentes.

Independentemente se está completando seu curso em outra instituição ou passando por um estágio em uma empresa estrangeira, o estudante tem grandes oportunidades quando participa desses programas que são proporcionados pela UTFPR, além de aumentar seu conhecimento cultural e sua autonomia.

O novo PDI 2018 – 2022 da UTFPR já começou a ser formulado. Todos podem contribuir com suas opiniões através do preenchimento de formulários e participando de discussões que foram promovidas nos câmpus da universidade. Dessa forma, o PDI tende a melhor a cada edição e promover melhorias na instituição.

Uma importante política linguística também encontrada nas universidades é o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) que será explicado no item a seguir.

4.3 INGLÊS SEM FRONTEIRAS (ISF) E IDIOMAS SEM FRONTEIRAS (IsF)

Após o surgimento do programa Ciências sem Fronteiras (CsF) em 2011, segundo Abreu-e-Lima, Moraes F., Barbosa e Blum (2016), as universidades internacionais começaram a exigir um conhecimento mínimo de língua inglesa dos estudantes para que estes pudessem acompanhar os programas. Foi então que, em abril de 2012, a Comissão de Relações Internacionais (CRIA) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), sabendo das dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação ao domínio de uma língua estrangeira para realização do intercâmbio estudantil, propôs à Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC que fosse organizado um auxílio aos alunos que fossem participar do CsF. Assim surgiu o Inglês sem Fronteiras (IsF), como um Grupo de Trabalho, que teve como objetivos iniciais: discutir ações relevantes que ajudassem a proficiência em língua inglesa dos alunos que fossem participar do CsF; definir um plano de trabalho com base nas ações propostas; analisar e dar parecer sobre as propostas de parceria feitas à SeSu; propor ações permanentes para a formação em língua inglesa.

De acordo com Abreu-e-Lima, Moraes F., Barbosa e Blum (2016), inicialmente, apenas algumas universidades federais foram selecionadas para participar desse Grupo de Trabalho que fez o diagnóstico de que não havia locais suficientes de aplicação das

provas de proficiência, e de que os alunos não estavam preparados para alcançar o resultado necessário para participar do CsF. Dessa forma, o Grupo fez a sugestão de que além de as próprias universidades poderem oferecer os exames, elas também poderiam preparar os alunos, candidatos ao CsF ofertando cursos presenciais ou a distância, que os auxiliassem a aprimorar seus conhecimentos na língua inglesa.

Assim, surgiu oficialmente em dezembro de 2012, o programa Inglês sem Fronteiras (IsF), no qual um Núcleo Gestor auxiliou a implantação do programa em conjunto com a CAPES, CNPq e as universidades federais que participavam do programa.

O aluno, quando participa do programa, faz um teste de nivelamento, e a partir daí ele conta com diferentes tipos de apoio à aprendizagem: módulo de aprendizagem de inglês *on-line*, onde os estudantes têm acesso aos materiais de estudos; módulo para diagnóstico do nível de proficiência, pois assim os gestores do programa podem organizar a demanda institucional conforme a necessidade dos alunos; módulo de ensino presencial, em que, a partir do nivelamento, as aulas de línguas são financiadas pelo governo para que os alunos estejam preparados para a experiência de intercâmbio. E pelo fato de o Programa IsF preparar os estudantes para intercâmbios universitários, as aulas diferem das de um curso de inglês comum. Assim, a prioridade quando os alunos se inscrevem parte dos alunos mais proficientes para os menos proficientes, com cursos de carga horária de 16, 32, 48 e 64 horas, atendendo as maiores necessidades de aprendizagem de cada aluno.

Para comprovar seu conhecimento na língua inglesa, os estudantes que querem participar da mobilidade estudantil do CsF devem ainda realizar o TOEFL/ITP ao final do programa IsF. De acordo com Abreu-e-Lima, Moraes F., Barbosa e Blum(2016), em 2014 havia 13.936 vagas de intercâmbio para todos os alunos de universidades públicas do Brasil para 20 países diferentes. Dessas vagas, apenas 8.700 eram para alunos de graduação. Países como EUA, Suécia, Noruega, China, França, Hungria, Japão, entre outros, exigiam o TOEFL. Em geral, uma classificação total de 500 ou acima, é considerado aceitável. Em 2014 mais de 200.000 alunos realizaram o TOEFL/ITP. No entanto, nem todos concorreram a vagas no CsF. A seguir podemos verificar quantos bolsistas do CsF realizaram o TOEFL/ITP dentro do IsF e conseguiram uma vaga para a mobilidade estudantil por mês no ano de 2014:

Mês da aplicação em 2014	Quantidade de bolsistas CsF
Março	1527
Abril	1106
Mai	1480
Junho	1411
Julho	5
Agosto	309
Setembro	2390
Outubro	268
Novembro	149
Dezembro	2
Total	8647

Figura 2. Tabela TOEFL/ITP

Fonte: ABREU-E-LIMA, MORAES F., BARBOSA E BLUM(2016)

Ao longo dos anos novas oportunidades foram surgindo conforme as universidades federais faziam parcerias com instituições de outros países. Dessa forma, surgiu a necessidade de serem ofertados cursos de outras línguas, não só a língua inglesa. Com isso, em 2014 o programa começou a ser chamado de Idiomas sem Fronteiras (IsF), o qual continuou a ter basicamente o mesmo funcionamento, mas com a oferta de outras línguas, tais como espanhol, alemão, italiano, francês e japonês.

Os professores selecionados para participarem do programa como instrutores são alunos de graduação com licenciatura em língua inglesa ou que já concluíram o curso, e também devem comprovar um nível mínimo de conhecimento da língua (C1 do QCER)⁵ e ter no máximo três turmas no dentro do IsF, para que possam planejar e preparar as aulas adequadamente.

Com o programa em andamento desde 2012 é importante que haja uma boa estruturação e boas condições para que as universidades consigam participar dessas ações de internacionalização. Através das provas de proficiências em língua inglesa, é possível medir, no desempenho dos alunos, a eficácia que o programa atinge nos últimos anos.

⁵ O Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas é um guia usado para descrever os objetivos a serem alcançados pelos estudantes de línguas estrangeiras na Europa.

Assim, é preciso que o governo mantenha-se atento para as necessidades que as instituições venham a ter para que elas sejam atendidas de forma que um programa de tal qualidade não seja afetado e os alunos continuem desfrutando da oportunidade que lhes é dada.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IsF E A INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização do ensino superior no Brasil é uma importante política linguística lançada pelo governo como meio de ampliar o acesso dos estudantes a pesquisas, estudos e cultura. Apesar dos programas de internacionalização estarem cada vez mais em evidência nas instituições brasileiras, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Programas de mobilidade estudantil e o IsF que auxiliam os estudantes a buscarem novos conhecimentos que são exigidos pelas instituições internacionais são um grande passo para que novos caminhos nas áreas da pesquisa e da educação sejam alcançados.

O Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades também tem grande papel no desenvolvimento e na ampliação do relacionamento entre instituições de ensino superior. Este deve ouvir seus estudantes e professores atendendo as demandas e buscando atingir suas metas com base no seu orçamento e mantendo a qualidade de ensino.

A língua inglesa exerce papel fundamental na vida estudantil de um aluno de graduação e pós-graduação. O aluno, ao longo da vida acadêmica, irá se deparar com inúmeras leituras que ainda não foram traduzidas para o português, mas já podem ser encontradas na língua inglesa, por exemplo. Além disso, as oportunidades geradas pelo conhecimento e domínio da língua podem ser inúmeras, desde a procura de um emprego no futuro até participação de programas de intercâmbio em instituições internacionais.

A expansão como internacionalização das instituições deve ser associada com a ampliação do conhecimento, a melhorias acadêmicas e curriculares que facilitem a mobilidade de alunos e professores. Vivemos em um mundo no qual a informação é de fácil acesso a todos, assim, as pesquisas e as ciências das universidades também devem

ser ampliadas e divulgadas para instituições de outros países, tornando os estudos de fácil acesso para que todos possam contribuir com os seus conhecimentos.

5. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

5.1. INTRODUÇÃO

Nesse capítulo irá ser destacado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma política linguística criada pelo governo que tem por objetivo oferecer aos alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio livros didáticos, obras literárias e dicionários. A cada ano o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE) adquire e distribui livros para todos os alunos, repondo e complementando os livros que podem ser reutilizáveis. Os livros, antes de serem distribuídos, são avaliados pelo Ministério da Educação (MEC), que publica o Guia de Livros Didáticos com os aprovados num edital de chamada previamente lançado. A partir do Guia, as escolas podem escolher quais obras são melhores para as suas escolas de acordo com os seus projetos pedagógicos. Todo esse processo nada mais é do que política e planejamento linguísticos e envolvem o ensino de língua inglesa nas escolas.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) acontece em ciclo a cada três anos, como mostra a figura 4:

Ciclo do PNLD	Exemplo – PNLD 2014
1-Adesão das escolas ao PNLD	2011
2-Publicação dos Editais	2011
3-Inscrição das editoras	2011
4-Triagem e Avaliação ¹¹	2º semestre 2012 1º semestre 2013
5-Publicação do Guia do Livro Didático	1º semestre 2013
6-Escolha do livro por professores e gestores	1º semestre 2013
7-Pedido/Formalização da escolha dos livros	1º semestre 2013
8-Aquisição das obras pelo FNDE	2º semestre 2013
9-Produção das obras pelas editoras	2º semestre 2013
10-Análise de Qualidade Física pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas	2º semestre 2013
11-Distribuição dos livros às escolas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	2º semestre 2013
12-Recebimento dos Livros nas escolas	Outubro 2013 a Fevereiro 2014
13-Início do uso nas escolas	Fevereiro 2014

Figura 3. Ciclos do PNLD

FONTE: SARMENTO, 2016, p. 22

A cada ano o Ministério da Educação adquire e distribui livros de algum segmento: séries iniciais do ensino fundamental, séries finais do ensino fundamental ou ensino médio. Os livros distribuídos devem ser cuidados e recolhidos ao fim do ano letivo para serem reutilizados por outros estudantes durante os próximos três anos, até que sejam adquiridos novos livros. No entanto, existem livros que são considerados “consumíveis”, ou seja, que não podem ser reaproveitados, como os livros de alfabetização, por exemplo, que são renovados todos os anos. O Programa também distribui, de acordo com a necessidade da instituição, livros didáticos de diversas disciplinas em Braille.

Os materiais distribuídos são inscritos para seleção pelos detentores de direitos autorais de cada coleção e são avaliados e selecionados pela Coordenação Geral de Material Didático (COGEAM). Essa equipe também é responsável pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), assim como pela elaboração do Guia dos Livros Didáticos, que tem como objetivo ajudar os professores a selecionar os livros a serem trabalhados. No entanto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é órgão responsável por comprar e distribuir os materiais didáticos e literários selecionados pelo MEC. O processo de avaliação dos livros inscritos no programa desenvolve-se com o principal objetivo de garantir a qualidade do material que chega às escolas, contribuindo para que a atualização e renovação dos materiais complemente a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, a publicação de editais contribui para que os materiais estejam mais de acordo com as necessidades e interesses das instituições públicas. Contudo, através da análise das coleções selecionadas podemos verificar que há pouca variação em relação às editoras por eles responsáveis.

Cada escola pode escolher os livros livremente, dentre os livros no Guia do PNLD, de acordo com o que se adapta melhor à sua realidade e ao seu planejamento pedagógico. Todos os anos também são adquiridos novos livros caso haja necessidade para cobrir aumento do número de alunos matriculados em todos os segmentos.

Todos os livros didáticos também são acompanhados dos manuais do professor impresso, que são essenciais para que cada coleção possa ser aprovada. Esses são aprimorados a cada edição de modo a organizar e demonstrar os conteúdos com a função de contribuir com o trabalho do professor em sala de aula e de oferecer apoio para que ele reflita sobre as aulas a serem ministradas. Estes manuais apresentam ainda mais detalhes sobre as discussões, os fundamentos teóricos e as metodologias de ensino, e não

apenas as respostas das atividades impressas. Assim, as análises mostram que o professor deve ter a compreensão do papel como agente crítico e quão importante é essa função para a sociedade.

Ainda, os manuais tendem a ser melhorados a cada edição do PNLD, trazendo novas ideias, novas atividades, sugerindo conteúdos não apenas para formação dos alunos, mas para a ampliação do conhecimento dos professores, além de introduzirem novos meios de avaliação. Temas como interdisciplinaridade, diversidade linguística, múltiplas culturas e tecnologias são recorrentes nas coleções mais recentes. Assim, esses manuais acabam trazendo sugestões de leitura e de recursos para ampliar os conhecimentos dos professores caso estes tenham interesse.

5.2. PNLD: HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO

O PNLD surgiu, oficialmente, em 1985, quando passou a integrar os professores como parte do processo de escolha do material. No entanto, programas similares a ele, que tinham o intuito de organizar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas ocorreram no Brasil desde 1929. Em 1996, em parceria com as universidades públicas, iniciou-se o processo de avaliação pedagógica dos livros e, pela primeira vez, foi publicado o Guia do Livro Didático (GLD). A partir de 1997, a responsabilidade do programa passou a ser do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Desde o seu ano de surgimento, houve muitas mudanças no programa e este só se tornou o PNLD que nós conhecemos hoje, atingindo todos os alunos de ensino fundamental e ensino médio, além de todas as escolas públicas do Brasil (no início não eram atendidas as escolas das regiões Norte e Nordeste) em 2005.

No entanto, apenas em 2012 foi incluído no edital do programa a língua inglesa e a língua espanhola. Antes disso, as instituições deveriam buscar e adquirir seu próprio material, e caso não fosse possível, os professores acabavam trazendo materiais fotocopiados para os alunos. Essa falta de material específico para a língua estrangeira acabava atrapalhando o rendimento das aulas. Diferentemente do PNLD de disciplinas, o programa voltado para as línguas estrangeiras, oferece livros conhecidos como consumíveis, ou seja, os exemplares são substituídos todos os anos e são entregues aos alunos para que eles possam completar os exercícios e fazer anotações no próprio livro,

sem que precisem devolver ao fim do ano letivo. Naquele primeiro ano de PNLD para línguas estrangeiras, foram apresentados sete coleções de livros para o Ensino Médio. Todas as obras apresentavam manual do professor e ainda CD de áudio.

Em 2013, houve um edital para livros das séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, como ainda não há obrigatoriedade no ensino de línguas estrangeiras nessas séries, não foram apresentadas coleções para esse nível educacional.

Já no ano seguinte, quando o edital foi especificamente para os anos finais do ensino fundamental, ele deixou clara a importância da língua estrangeira no currículo oficial, como se lê a seguir:

O ensino de língua estrangeira nos anos finais do ensino fundamental da escola pública tem um percurso constituído e uma prática que vem se modificando e tem permitido alcançar importantes avanços no que diz respeito a seu papel educativo e formador, o que atribui à língua estrangeira uma importância equivalente à das demais disciplinas do currículo escolar oficial. (PNLD,2014, p.07)

Também foi apresentado uma lista com 3 sugestões de coleções para livros didáticos de língua inglesa com seus manuais para os professores e seus recursos com CDs de áudio.

Em 2015 as coleções do ensino médio foram renovadas. O programa ofereceu 4 novas opções de coleções de língua inglesa para as escolas. Os livros eram mais atuais, com opção de livros digitais, modernos e o próprio guia do PNLD apontava pontos fortes e fracos de cada coleção, ajudando assim na escolha dos professores.

Em 2016, o Programa foi novamente voltado para alunos das séries iniciais do ensino fundamental, porém como ainda não há obrigatoriedade no ensino de línguas para essas séries, ainda não há um edital específico para as línguas estrangeiras.

5.3. PNLD 2017

Já em 2017, foram destinados livros para o atendimento dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Analisando o Guia de Livros Didáticos de 2017 de língua estrangeira, podemos notar primeiramente que neste são destacados a língua inglesa e a língua espanhola, já que o guia tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais

(DCN), que estabelece que é de caráter obrigatório que a escola ofereça uma língua estrangeira moderna em seu currículo, escolhida pela comunidade, e uma segunda, como optativa, para os alunos que tiverem interesse. O guia ainda pontua - assim como nas DCNs - que aprender uma língua estrangeira é um meio de construção da cidadania, pois através do contato com outras culturas e outros sujeitos, o aluno pode ser capaz de produzir conhecimento crítico da sociedade na qual vive.

Na avaliação específica dos livros didáticos de língua estrangeira, foi buscado observar uma série de fatores para que as obras fossem aprovadas e pudessem ser repassadas para as escolas. As obras deveriam, por exemplo, ter revisão do uso da língua para evitar o uso inadequado ou equívoco; deveriam apresentar temas adequados às séries a que se destinavam, sem fazer estereótipos ou demonstrar preconceito com qualquer cultura ou grupo social; “favorecer o acesso à diversidade cultural, social, étnica, etária e de gênero na língua estrangeira” (PNLD, 2017, p.17); variar os gêneros do discurso, tanto oral, quanto escrito, fazendo com que o aluno possa se expressar de diferentes formas na língua aprendida; apresentar atividades de leitura para que se desenvolva senso crítico; desenvolver estratégias de leitura para o desenvolvimento da compreensão e análise de textos; estimular a produção de textos na língua estrangeira; “promover a compreensão oral, através de materiais gravados” (PNLD, 2017, p.17), entre outras exigências que podem ser encontradas no guia do PNLD 2017. As obras aprovadas para os anos finais do ensino fundamental apresentam um modo de organização semelhante, as quais têm quatro volumes, com oito unidades cada um, com exceção de uma das coleções, que tem apenas quatro unidades por volume, e estas são subdivididas em dois capítulos. Essas semelhanças também são observadas, segundo o documento, na estética dos livros, buscando uma harmonia gráfica entre a disposição do conteúdo e das imagens apresentadas.

Segundo o Guia do livro didático de língua estrangeira, é papel do professor despertar o prazer de manusear o livro e admirá-lo esteticamente, o que pode tornar o cotidiano da sala de aula também uma experiência de percepção e de valorização estética, e, nesse sentido, as coleções aprovadas são bons exemplares de materiais que os professores podem explorar nesse aspecto. A dinâmica da organização das coleções, dos volumes e das unidades que as compõem é voltada para a integração das atividades, de modo a permitir que as variadas experiências de aprendizagem estejam articuladas,

voltadas para o desenvolvimento de ações de linguagem, a fim de melhor se relacionarem com os outros e com a sociedade ao seu redor.

Ainda de acordo com as orientações do PNLD, as obras didáticas se mostram bastante atuais e dedicadas a abordar assuntos do mundo que nos cercam. Os temas escolhidos, além de interessantes e importantes do aspecto de formação de consciência de novos cidadãos, mostram situações do cotidiano da sociedade atual e dos nossos comportamentos. Entre os temas presentes nas coleções, são trabalhadas notícias sobre a atualidade, conflitos, descobertas científicas; discussões sobre direitos, políticas, desigualdades, preconceitos; abordagem de pontos de vistas sobre as novas tecnologias; discussão sobre modo de vida, relacionamentos, valores; problemas e soluções relacionados ao meio ambiente; possibilidades sobre o futuro do planeta; entre outros assuntos. Sabendo de alguns dos assuntos abordados, podemos perceber que há uma preocupação dessas coleções em se distanciar das situações padronizadas que estamos acostumados a ver em livros de línguas, como as tradicionais conversas forçadas em restaurantes, shoppings ou até para conhecer novas pessoas. O que se vê é a inclusão de assuntos cada vez mais presentes nos dias de hoje e que provocam discussões ricas e que são capazes de interessar os jovens.

5.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNLD

O material didático trazido pelo PNLD para as escolas deve ser visto como um recurso para o professor de língua inglesa. Assim, é importante que ele seja bem selecionado, bem conhecido pelo professor e bem usado em seus planejamentos. A inclusão da língua estrangeira no programa já foi um grande avanço ao equiparar esta com as demais disciplinas que antes eram consideradas de maior importância.

De qualquer forma, o programa, como uma política linguística recente, tem a intenção de valorizar o ensino da língua inglesa e vem tentando buscar novos meios para que os professores, que muitas vezes não tinham como dar aula, agora encontrem novos meios para facilitar a aprendizagem e estimular seus alunos a participarem das aulas. Através dele o ensino da língua inglesa vem ganhando um maior destaque e uma maior valorização nas escolas, pelos pais e alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo final teremos como objetivo refletir sobre os assuntos e resultados alcançados ao longo desta pesquisa, assim como os objetivos apresentados anteriormente no capítulo 1. Ainda daremos sugestões de possíveis estudos que podem continuar a ser feitos nesta mesma área em busca de um aprimoramento para assuntos abordados nessa pesquisa.

Com relação à questão de definição do que são políticas linguísticas e sua implantação, verificamos que elas fazem parte da estrutura do governo na ação em relação a qualquer aspecto que diga respeito à determinada língua. Isso pode ocorrer desde o ensino de línguas até a programas relacionados à distribuição de material didático. A implementação dessas medidas são chamadas de planejamentos linguísticos, que nada mais é do que a realização das ações propostas.

Rajagopalan (2013, p.21) afirma que mais do que ações políticas, a política linguística tem ainda como função lidar com situações que envolvem o interesse de toda a sociedade, já que a língua é o como o homem se comunica. Já Calvet (2007, p.11) apresenta dois conceitos distintos: *CORPUS*, que diz respeito às intervenções na forma da língua, ou seja, a elaboração de gramáticas e dicionários ou ainda a inclusão de estrangeirismos, e o *STATUS* da língua, que diz respeito às intervenções nas funções da língua, ou seja, sua posição dentro de uma comunidade.

Com relação à língua franca, podemos defini-la como “a língua comum de grupos sociais que falam línguas diferentes” (GUIMARÃES, 2005, vol. 57).

A língua inglesa, além de ser considerada a língua franca atualmente, também é considerada, segundo Crystal (1997), uma língua global. Segundo ele, para ser considerada global, uma língua não depende do número de falantes, mas sim do papel que ela desenvolve em outros países, sendo utilizada ao redor do mundo.

A partir disso percebemos a importância do ensino da língua inglesa, uma vez que, esta vem se tornando a língua de referência para a comunicação em diferentes contextos, desde os negócios de empresas multinacionais, até a encontros políticos.

Em relação à análise dos documentos oficiais apresentados nesse trabalho, podemos perceber políticas linguísticas claras que ajudam a assegurar o ensino de línguas estrangeiras aos alunos de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior no Brasil.

Esses documentos foram produzidos pelo governo em conjunto com o MEC, visando garantir os direitos dos estudantes de uma educação completa, multicultural e de qualidade.

Como vimos nos documentos apresentados, as políticas linguísticas existem, no entanto, a maioria não orienta que as escolas trabalhem no currículo da língua estrangeira a língua inglesa especificamente, deixando a cargo da escola a escolha da língua, não havendo, uma política de valorização da língua inglesa, colocando-a, inclusive, com uma carga horária reduzida em relação a outras disciplinas.

É preciso ainda que o governo invista em formações e cursos que visem à ampliação de conhecimento dos professores de línguas estrangeiras, para que eles mesmos se tornem protagonistas das mudanças necessárias para a melhoria no ensino de línguas.

Com relação ao PNLD, outra forte política linguística do governo federal, pudemos apresentar que o programa instituído pelo MEC, adquire e distribui livros todos os anos para algum segmento da educação que é dividido em: séries iniciais do ensino fundamental, séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Estes livros devem ser recolhidos pela escola no final do ano letivo para que seja reutilizado no ano seguinte por outros estudantes, até que sejam adquiridos livros novos.

Cada escola pode escolher livremente os livros que pretende usar, dentre os livros do Guia do PNLD. Os livros do Guia são previamente avaliados e selecionados de acordo com um edital publicado pelo governo.

Apenas em 2012 foi introduzido livros da língua inglesa como parte do programa, já que antes era o próprio professor que deveria se encarregar do material.

Ao que diz respeito ao surgimento do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), a partir do programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que tinha como objetivo a mobilidade estudantil entre universidades internacionais, estas instituições começaram a exigir dos estudantes brasileiros um conhecimento mínimo de língua inglesa dos alunos para que estes pudessem acompanhar os programas. Assim, em 2012, surgiu o programa Inglês sem Fronteiras (IsF), no qual as próprias universidades eram responsáveis por dar aulas aos alunos candidatos a participar do CsF. Hoje em dia, outras línguas já são oferecidas pelo programa como francês, alemão, italiano, japonês e espanhol, por isso passou a ser chamado de Idiomas sem Fronteiras (IsF).

Além disso, mostramos a importância desse programa dentro da internacionalização das universidades. Esta é definida por Knight e De Wit (1999), como

o processo de integração entre instituições internacionais, relacionando suas competências interculturais, linguísticas, de conhecimento e pesquisa. A língua inglesa tem papel fundamental nesse processo, já que sem essa língua global não é possível fazer convênios com outras instituições. Universidades que têm programas de internacionalização amplos adotam a língua inglesa como a língua de sala de aula para tornar fácil o acesso para alunos e professores estrangeiros.

Com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), buscamos considerar o que o documento trazia de informações com relação à internacionalização e como a instituição promove tais programas para alunos e funcionários. Durante os anos que o documento esteve vigente, as parcerias com universidades estrangeiras foram ampliadas em diversos países aumentando a mobilidade estudantil.

Assim, as análises e discussões aqui promovidas podem influenciar de alguma forma a visão de futuros professores e pesquisadores com relação à perspectiva do ensino da língua inglesa, de modo que, as políticas linguísticas implantadas pelos governos têm reflexo em sala de aula.

Podemos mencionar ainda futuras pesquisas relacionadas ao tema deste trabalho, tais como analisar os avanços dos resultados dos alunos do IsF, ou ainda o avanço da internacionalização das universidades, por exemplo, o que poderia nos mostrar se ocorre ou não evolução no que diz respeito ao ensino e aprendizagem da língua inglesa nas universidades e buscar as razões de tais resultados. Portanto, considerando o que foi estudado ao longo deste trabalho seria interessante que se continuassem os estudos das políticas linguísticas atuais e outras futuras que poderão vir a ser propostas.

7. REFERÊNCIAS

ABREU-E-LIMA, Denise M.; MORAES F., Waldenor Barros.; BARBOSA, Wagner J. Carradi; BLUM, Avram Stanley. **O Programa Inglês Sem Fronteiras e a Política de Incentivo à Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro**. P.19-46. In: SARMENTO, Simone; ABREU-E-LIMA, Denise M.; MORAES F., Waldenor Barros (org) **Do Inglês sem Fronteiras ao Idioma sem Fronteiras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

BRITISH COUNCIL. **Capacitação de Professores de Inglês das Escolas Brasileiras**. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/atividades/ingles/capacitacao-professores> Acesso em: 26 de maio de 2017.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Parábola Editorial, 2007.

CRYSTAL, David. **English as a Global Language**. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 1997.

DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_lem.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS – CURSOS DE GRADUAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>> Acesso em: 18 de abril de 2017.

EL KADRI, Michele Salles. **Inglês como língua franca: um olhar sobre programas disciplinares de um curso de formação inicial de professores de inglês.** Londrina: Ed. UEL, 2010.

ENCICLOPÉDIA DAS LÍNGUAS NO BRASIL. UNICAMP. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_franca.htm> Acesso em: 20 de Setembro de 2016.

ESCOBAR, Herton. **Universidades brasileiras devem promover internacionalização, valorizar mérito, flexibilizar regras e reduzir burocracia se quiserem chegar à elite do ensino superior.** Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/universidades-brasileiras-devem-promover-internacionalizacao-valorizar-merito-flexibilizar-regras-e-reduzir-burocracia-se-quiserem-chegar-a-elite-do-ensino-superior>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

FORMULÁRIO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.html> Acesso em: 03 de março de 2017.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ, Lia. **ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas.** ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

GOMES, Vitor da Cunha. **Uma Visão das Políticas Linguísticas Sobre o Ensino da Língua Estrangeira no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

GUIA DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO, 2012. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>> Acesso em: 06 de abril de 2017.

GUIA DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO, 2014. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/4661-guia-pnld->

2014?Itemid=1297&highlight=YTozOntpOjA7czo0OiJwbmxxkIjtpOjE7aToyMDE0O2k6MjtzOjk6InBubGQgMjAxNCI7fQ== > Acesso em: 06 de abril de 2017.

GUIA DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO, 2015. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015?highlight=YTozOntpOjA7czo0OiJwbmxxkIjtpOjE7aToyMDE1O2k6MjtzOjk6InBubGQgMjAxNSI7fQ==>> Acesso em: 06 de abril de 2017.

GUIA DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO, 2017. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/8813-guia-pnld-2017>> Acesso em: 01 de abril de 2017.

IDIOMAS SEM FRONTEIRAS. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/>> Acesso em: 30 de março de 2017.

KNIGHT, Jane e DE WIT, Hans (org.): **Developing an institutional self-portrait using the Internationalization Quality Review Process.** In Quality and Internationalization in Higher Education. Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), Paris, France, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

LEI Nº 13.415, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art1> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

MARTINS, A. M. S.; KNAPP, C.; SALES, A. **Políticas linguísticas na Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu.** ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

(MP) MEDIDA PROVISÓRIA nº 746, de 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48601-mp-746-ensino-medio-link-pdf&category_slug=setembro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

(PCNEM) PARÂMETRO CURRICULAR NACIONAL ENSINO MÉDIO, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf Acesso em: 20 de março de 2017.

(PCNLE) PARÂMETRO CURRICULAR NACIONAL LINGUA ESTRANGEIRA, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UTFPR– PDI. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/couni/processos/PDI20132017VERSAO26122013_aprovado_COUNIMEC.pdf> Acesso em: 23 de março de 2017.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UTFPR -2018. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/proreitorias/proplad/planejamento/plano-de-desenvolvimento-institucional/comissao-2018-2022>> Acesso em: 25 de maio de 2017.

PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>> Acesso em: 01 de abril de 2017.

Portal Brasil. **Brasil teve aumento de 80% de concluintes do Ensino Superior em 12 anos.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/04/brasil-teve-aumento-de-80-de-concluintes-do-ensino-superior-em-12-anos> Acesso em: 22 de maio de 2017.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Política Linguística: Do Que é Que se Trata, Afinal?** P. 19-42 in: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. (org.) *Política e Políticas Linguísticas*. São Paulo: Ed. Pontes, 2013.

SARMENTO, Simone. **ReVEL na Escola: Programa Nacional do Livro Didático de Língua Estrangeira.** ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

_____; DUTRA, Deise Prina; BARBOSA, Márcia Venício; MORAES FILHO, Waldenor Barros. **IsF e Internacionalização – Da teoria a prática** P.77-100. In: SARMENTO, Simone; ABREU-E-LIMA, Denise M.; MORAES F., Waldenor Barros (org) *Do Inglês sem Fronteiras ao Idioma sem Fronteiras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

SOUZA JR., José Maria. **A Internacionalização e a Mobilidade na Educação Superior: o Debate na América Latina**, 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/345/376> Acesso em: 23 de maio de 2017.

YANG, R. **University internationalisation: its meanings, rationales and implications.** *Intercultural Education*, v. 13, n. 1, 2002.